

---

GT 6 - Gênero, Identidade e Pluralidade no Secretariado  
Tema 1: Gênero, Identidade e Pluralidade no Secretariado

## O USO DOS PRONOMES NEUTROS NAS ORGANIZAÇÕES

**Victor Azevedo do Amaral**

Universidade Federal da Bahia, amaral.victor@ufba.br

**Onnicley de Jesus Santos**

Universidade Federal da Bahia, onniclay.santos@ufba.br

**Karine Freitas Souza**

Universidade Federal da Bahia, karine.freitassouza@gmail.com

### 1 INTRODUÇÃO

Os gêneros textuais/discursivos fazem parte do dia a dia de muitos profissionais, dentre os quais podemos destacar os da gestão universitária. Esses “artefatos culturais” são também objetos de estudo, observações e análises em diversas áreas do conhecimento (Letras/Linguística, Educação, Linguística Aplicada, Secretariado Executivo etc.), ficando evidente as múltiplas funcionalidades dessas ferramentas comunicacionais.

Entretanto, na última década, com o advento dos debates públicos sobre gênero, sexualidades, identidades de gênero e as diversidades sociais, pesquisadores e ativistas começaram a questionar e problematizar a inclusão de pessoas não binárias nas diferentes esferas e com perspectivas interseccionais. Não obstante, a elaboração de documentos e a linguagem utilizadas neles passaram a ser, também, objetivo de investigação quanto ao seu potencial representativo para todos os entes sociais.

Com base em tais informações, questiona-se: as organizações fazem uso de pronomes neutros em suas comunicações? Este trabalho objetiva compreender como a questão dos pronomes neutros tem sido percebida pela organização no contexto social brasileiro e como este cenário se relaciona com o secretariado.

A pesquisa se justifica à medida que procura trazer para pauta de discussão uma temática que tem sido mais bem explorada nos últimos dez anos, com o advento das pautas envolvendo a comunidade LGBTQIAP+, seja nos âmbitos sociais, acadêmicos ou profissionais. Além desta introdução, o estudo é composto por uma seção de referencial teórico, que aborda, brevemente, o paradoxo gênero e identidade de gênero; depois, trata de binaridade, não-binaridade e sociedade brasileira. Em seguida, são apresentados alguns aspectos metodológicos e os resultados e discussões parciais. Por fim, tecem-se algumas considerações finais preliminares e listam-se as referências utilizadas.

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO

As concepções sociais sobre gênero e identidade de gênero, embora há muito tempo presente nos debates acadêmicos internacionais, no Brasil, as discussões e produções científicas sobre o tema, em sua grande maioria, ainda são embrionários e avançam conforme

a sociedade vem se conscientizando sobre a existência de outras realidades, para além das perspectivas cis-hétero.

Para Beauvoir (1949), as definições de gênero não são biológicas-naturais, mas, sim, um constructo sócio-histórico, ou seja, para a autora não se nasce ‘homem’ ou ‘mulher’, mas se tornam com base nas suas performances sociais durante a vida. As reflexões feministas trazidas por Tiburi (2018), Ribeiro (2018) e transfeministas por Moira (2018) evidenciam como essas questões são analisadas no contexto brasileiro no século XXI, destacando a influência do colonialismo e do patriarcado para a construção e conceptualização das identidades de gênero.

Em contraste com a perspectiva patológica encabeçada pelo médico Henry Benjamin, conhecido por seus estudos associando o “transsexualismo”, nomenclatura ainda em uso na época, e relacionando com uma síndrome, Bento (2008), ao trazer identidade de gênero, sendo essa a forma como o indivíduo manifesta o gênero com o qual se identifica. Na prática, uma pessoa que foi categorizada como menina desde o nascimento, pode não se identificar com o gênero predisposto, passando a manifestar características que são entendidas como masculinas pela sociedade, por não se sentir representada pelo gênero ou as características sociais do mesmo, e vice-versa (SANZ, 2020).

Em resumo, parece válido pontuar que os usos prefixais terminados em ‘-ismo’ para orientações sexuais, gênero e identidades de gênero não são mais utilizadas, uma vez que não fazem parte da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990 (BRASIL, 2014).

### 2.1.1 Binaridade, Não-Binaridade e Sociedade Brasileira

As definições de binaridade e não-binaridade de gênero ainda são pouco discutidas nas publicações acadêmicas, haja vista a demanda e urgência da comunidade para compreender o tema. No entanto, ganharam espaço em pequenos nichos, conforme mais pessoas ocupam seus respectivos espaços de fala e produzem ciência não mais sendo objeto estatístico, geralmente associados à mortalidade, mas *authoris* das publicações.

Em alguns lugares do mundo já são usados gêneros neutros como terceira opção, em documentos de identificação, para pessoas que não se encaixam na binaridade de gênero. Na Austrália, por exemplo, são usados termos neutros desde 2014, em seguida, o Governo alemão, aprovou o uso do gênero neutro no final de 2018. No Brasil, por ora, não temos o gênero neutro como uma opção, e assim se mantém, pois assuntos que contrariam a binaridade, são considerados fronteiros, recebendo pouca atenção e visibilidade do Estado.

Ainda com a ditadura militar no Brasil, movimentos brasileiros começaram a ganhar força e se intensificaram, como afirmam Wagner (2004) e Green (2000), a década de 1970 foi o auge do surgimento de grandes movimentos sociais, junto a fundação do primeiro grupo homossexual no país entre 1978 e 1979, ganhando força no início dos anos 1980. Costa, Machado e Prado (2008), Jesus (2010) e Taques (2007) também enfatizam a década de 1970 como potencializadora dos movimentos sociais. Comerciais e grandes marcas passaram a falar e apoiar a comunidade LGBTQIAP+, explicando que a diversidade humana vai além dos limites explicativos da binaridade.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo qualitativo, pois, segundo Godoy (1995, p. 58) “não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados”, para compreender como a questão dos pronomes neutros tem sido percebida pela organizações, sejam elas empresariais ou de outros setores sociais, como, por exemplo, instituições formais de ensino. Foram realizadas também revisões bibliográficas de publicações científicas no campo da Sociolinguística e dos estudos antropológicos, bem como correntes teóricas do feminismo interseccional. No que diz respeito à análise dos dados coletados, empregou-se a técnica da análise do discurso francesa, vez que “tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação” (CAREGNATO & MUTTI, 2006), articulando os fatores linguísticos com o social e o histórico.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto da sociedade brasileira, as relações entre marcas e causa ficam a cada dia mais fortes, uma vez que as pessoas estão cada vez mais preocupadas onde investem seu capital e os posicionamentos sociais que as marcas estão assumindo, sendo este um reflexo dos avanços obtidos na última década, sobretudo no âmbito da representatividade nos espaços. Partindo da concepção que organizações empresariais são aquelas que realizam atividades econômicas por meio da produção, venda e compartilhamento de bens ou produtos (BRASIL, 1994), os trabalhadores das redes sociais, *digital influencers*, podem, em certas ocasiões, serem considerados como marcas e, por conseguinte, como empresas. Não em vão, o número de empresas que vêm acolhendo pautas sociais no Brasil está cada vez maior, contando com grandes nomes de diferentes setores comerciais, por exemplo, Itaú, do setor bancário, O Boticário, do setor de cosméticos e perfumaria, McDonald's e Burger King, do setor alimentício, entre muitas outras. Vale destacar que as redes colaborativas entre grandes marcas e influenciadores digitais têm elevado os debates na internet sobre o uso dos pronomes neutros, como pode ser visto nas publicações da comunicadora e letróloga Rita Von Hunty, o publicitário e influenciador digital, Klébio Damas e muitos outros que são contratados por marcas para abordar estes conteúdos nas redes sociais de forma mais dinâmica e menos prescritiva.

Entretanto, outras formas de organizações também foram consideradas neste estudo, ao analisar também as instituições formais de ensino que adotaram os pronomes neutros em suas comunicações. No estado do Rio de Janeiro, há escolas que já utilizam desses recursos linguísticos como enfrentamento ao machismo e sexismo no discurso, ao passo que promovem a inclusão das diversidades com o suporte institucional (Kuhl, 2020). No contexto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), o Colegiado do curso de Secretariado Executivo vem, aos poucos, adotando essa variedade do sistema linguístico brasileiro ao inserir em suas comunicações oficiais marcadores textuais não binários. A prática também adotada pelo Departamento de Administração da mesma universidade, cuja iniciativa de maior identificação e respeito às diversidades por parte das chefias dos órgãos colegiados corrobora com as práticas pedagógicas sobre variação linguística e da sociolinguística, propostas por Ilari e Basso (2006), destacando o caráter intrinsecamente heterogêneo da língua, vinculada à heterogeneidade social, sendo ela múltipla, variável e em constante processo de desconstrução e reconstrução. Destaca também a pertinência de secretários e secretárias em processo de formação na instituição despertem

olhares críticos às diferentes formas e possibilidades de comunicação no ambiente institucional.

Presente nos debates acerca dos fatores sociolinguísticos, Bagno (2007) ao apresentar a perspectiva científica de ‘regra’ como regularidade, pontua também que reduzir a língua, bem como todo seu potencial estrutural e semiótico, somente aos postulados da Gramática Gerativa, em uma visão maniqueísta entre o “certo” e o “errado”, impulsionados por uma tradição escolar, é reafirmar os preconceitos sociais e culturais que já deveriam terem sido abandonados do ensino da língua materna há muito tempo. Para Lau e Sanches (2019, p.103) “as línguas seguem um modelo inventado para favorecer interesses particulares da hegemonia, o que de certa forma traz um apagamento no âmbito linguístico de outras manifestações sociais”. Os modelos inventados referenciados pelos autores são os padrões convencionados sobre a língua, aos quais acredita-se serem imutáveis e, em contrapartida, são objetos de análise e crítica dos sociolinguistas justamente por postularem o contrário.

A língua portuguesa é, por natureza, binária, o que não significa necessariamente na impossibilidade de que suas variações e mudanças não se adequem às propostas da comunidade LGBTQIAP+, sendo este também um fenômeno natural da língua, adaptar-se aos seus falantes e suas necessidades sociais. Não em vão, há estruturas linguísticas que funcionam de forma fluida e que não são construídas por concepções binárias, entre elas a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida oficialmente como segunda língua oficial do Brasil, onde o gênero não fica explícito nas palavras, mas no contexto e interação dos interlocutores. Portanto, trata-se fundamentalmente de aspectos de desconstrução social e reeducação linguística.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou trazer à luz do debate científico as demandas cotidianas da sociedade brasileira, em especial, das pessoas não binárias. Destaca-se a necessidade do acolhimento da temática apresentada pela academia, tornando-a mais crítica a fim de reverberar em outros espaços, sobretudo os políticos, reflexões que ecoem nas práticas diárias. Estando ainda em fase inicial, os pesquisadores realizaram revisões bibliográficas e fizeram levantamentos que contribuirão para as próximas etapas do estudo.

As reflexões aqui evidenciadas almejam estimular o campo de pesquisa secretarial a experimentar e fomentar o debate epistemológico do transfeminismo, estudos linguísticos e as relações do profissional de secretariado com as organizações. Como profissionais bastante presentes nos ambientes organizacionais, independente da personalidade jurídica pública ou privada, seja uma empresa ou instituições formais de educação, faz-se necessário que o secretário, secretária e secretária, no gozo de suas relações interpessoais e contato com o público interno ou externo, consiga visualizar outros formatos de violências, até então, imperceptíveis e atue no seu enfrentamento como exercício da cidadania. .

## REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 238p.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** São Paulo: Nova Fronteira, 1949. ed. 2008.

---

BENTO, B. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008. 223p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Amanhã (17) será celebrado o Dia Internacional contra a homofobia. Veja abaixo o manifesto da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT).** Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2014/05mai\\_16\\_lgbt.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2014/05mai_16_lgbt.html). Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.** Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 nov. 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8934.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8934.htm). Acesso em: 22 jul. 2021.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Out-Dez 2006. p. 679-684. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 21 jul. 2021.

COSTA, F. A; MACHADO, F. V; PRADO, M. A. M. Participação política e experiência homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. **Interam. j. psychol.** Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 325-337, ago. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902008000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000200014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 jul. 2021.

GODOY, A. S.. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995B, p. 57-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GREEN, J. N. **Mais amor e mais tesão:** a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu, Campinas, n. 15, p 271-295, 2000. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1777\\_1740\\_cadpagu\\_2000\\_15\\_12\\_GREEN.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1777_1740_cadpagu_2000_15_12_GREEN.pdf). Acesso em: 12 jul. 2021.

ILARI, R; BASSO, R. **O português da gente:** a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 272p.

JESUS, J. **Política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).** 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8042>. Acesso em: 12 jul. 2021.

KUHL, N. **Escola do Rio adota “linguagem neutra” em vocabulário:** “Querides alunes”. Metrôpoles, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/escola-do-rio-adota-linguagem-neutra-em-vocabulario-querides-alunes>. Acesso em: 22 jul. 2021.

28 A 30 DE OUTUBRO DE 2021

“REDES DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA NO SECRETARIADO: O QUE PODEMOS FAZER HOJE PARA A PROFISSÃO DO AMANHÃ?”

---

LAU, H. D.; SANCHES, G. J. A linguagem não-binária na língua portuguesa: Possibilidades e reflexões making herstory. **Revista X**, Curitiba. v. 14, n. 4, p. 87-106, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66071>. Acesso em: 22 jul. 2021

MOIRA, A. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018. 192p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. [recurso eletrônico]. 2a. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148p.

SANZ, B. O que é identidade de gênero? Como isso impacta na vida das pessoas? **Ecoa**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/17/o-que-e-identidade-de-genero-como-isso-impacta-na-vida-das-pessoas.htm>. Acesso em: 07 jul. 2021.

TAQUES, F. **Movimento GLBT**: considerações necessárias. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 2, p. 144-148, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93843204.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 13ª ed. 126p. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WAGNER, L. **Serviço social e movimentos sociais** - uma não-relação? Civitas, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 133-141, dez. 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/267369106\\_Servico\\_social\\_e\\_movimentos\\_sociais-uma\\_nao-relacao](https://www.researchgate.net/publication/267369106_Servico_social_e_movimentos_sociais-uma_nao-relacao). Acesso em: 12 jul. 2021.